

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

CONGRESSO NACIONAL

00567

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

AI RESERTAÇÃO DE EMERDAS								
Γ	Data 12/12/2012		roposição 95. de 6 de dezembro	de 2	012			
12/12/2012 Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012								
	Autor						nº do prontuário	
Senador Romero Jucá								
1	☐ Supressiva	2. 🗆 Substitutiva		3. Modificativa 4. X Aditiva		5. Substitutivo Global		
	Página Artigo 9º		Parágrafo 3º	Inciso		alínea		
_				TEXTO/JUSTIFICAÇ	ÀO			
ond mat 4030/	Acrescente-se ao artigo 9º da Medida Provisória nº 595, de 2012, o seguinte § 3º: "Art. 9º							
1000	domínio útil do terreno." (NR) JUSTIFICAÇÃO							
	É inviável a competição por outorga de autorização quando o requerente já possui o domínio útil do imóvel onde se pretende construir e operar a instalação portuária. Se ao requerente não for outorgada a autorização, ninguém mais poderá implementar a instalação portuária em seu terreno. É uma impossibilidade fática. Inclusive esta é uma hipótese clássica de inexigibilidade de licitação, conforme art. 25 da Lei n. 8.666/93. E não há que se falar em desapropriação neste caso, pois a desapropriação não serve para retirar um bem da propriedade do particular para entregá-lo a outro particular. Seria uma evidente violação ao direito de propriedade, caso o requerente da outorga e possuidor do domínio útil tivesse seu terreno desapropriado para ser entregue ao vencedor do processo seletivo), o qual poderia até mesmo ser o próprio requerente se houvesse, no mínimo, direito de preferência. A desapropriação não se coaduna com a tutela de interesses privados.							
	A presente emenda respeita os princípios constitucionais da legalidade, impessoalid moralidade, publicidade e eficiência permanece assegurada em virtude: (i) da correta utiliza do instituto da inexigibilidade de licitação, e (ii) da não vedação a que terceiros interessa implantem instalações portuárias nas cercanias, o que dependerá apenas de fatores de merce de observância ao plano geral de outorgas de exploração da infraestrutura aquaviária.							
	Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012. Senador Romero Juçá							